

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 14 de abril de 2016

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)				
Ativo	Nota explicativa	31.12.2015		31.12.2014
		31.12.2015	31.12.2014	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	405.059	362.198	
Títulos e valores mobiliários	4	6.099	35.677	
Contas a receber de clientes	5	408.680	619.470	
Estoques		57.552	89.837	
Partes relacionadas	6	383.981	240.001	
Impostos a recuperar	7	30.207	79.501	
Bens destinados à venda	8	30.209	92.347	
Outros créditos	9	84.548	86.378	
Total do ativo circulante		<u>1.406.335</u>	<u>1.605.409</u>	
Não Circulante				
Contas a receber de clientes	5	89.763	111.534	
Impostos a recuperar	7	2.477	38.730	
Partes relacionadas	6	1.285.039	477.576	
Depósitos judiciais	17	46.845	36.205	
Outros créditos	9	41.363	43.945	
		1.465.483	707.990	
Investimentos:				
Em controladas e controladas em conjunto		753.124	1.677.777	
Outros		4.561	3.353	
		757.685	1.681.130	
Imobilizado	10	578.212	735.751	
Intangível		10.524	17.036	
Total do ativo não circulante		<u>2.811.904</u>	<u>3.141.907</u>	
Total do Ativo		<u>4.218.239</u>	<u>4.747.316</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS RECURSOS CAPITALIZÁVEIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros		Reserva de retenção de lucros	Reserva para equipamentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Capital social	Reserva legal							
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.230.206	108.091	560.511	35.536	-	-	2.755.346	708.741	3.464.087
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(31.706)	-	(178.998)	40.024	(169.765)	-	(169.765)
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	18	708.740	-	-	-	-	-	708.740	(708.740)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	107.654	107.654
Distribuição de dividendos		-	-	(224.001)	-	-	-	(224.001)	-	(224.001)
Destinações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	2.001	-	-	(2.001)	-	-	-	-
Constituição de reserva para renovação de equipamentos		-	-	-	2.001	(2.001)	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucro		-	-	36.022	-	(36.022)	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.938.946	110.092	340.826	37.537	(357.081)	-	3.070.320	107.655	3.177.975
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	(178.732)	(403.512)	(582.244)	-	(582.244)
Transações com sócios	10(a) e 10(b)	-	-	-	-	56.241	-	(236.939)	-	(236.939)
Distribuição de dividendos	18	-	-	(306.850)	-	-	-	(306.850)	-	(306.850)
Aumento de capital	18	4	-	-	-	-	-	4	-	4
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	18	107.654	-	-	-	-	-	107.654	(107.654)	-
Absorção dos prejuízos acumulados	18	-	(110.092)	(33.976)	(37.537)	(479.572)	(221.907)	1.991.945	1	1.991.946
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		<u>3.046.604</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(353.180)</u>	<u>(479.572)</u>	<u>(221.907)</u>	<u>1.991.945</u>	<u>1</u>	<u>1.991.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("Companhia") foi constituída em 1939, com sede em São Paulo - SP, e tem por objetivos principais a execução de serviços de construção, terraplenagem, obras de engenharia, montagem de usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas, manutenção e montagem de gasodutos e oleodutos, transporte e apoio aquaviário, operação portuária, exploração naval, importação e exportação e demais atividades relacionadas, além da participação em outras sociedades. Atualmente, os negócios da Companhia vêm sendo geridos pela área de Engenharia e Construção do Grupo Camargo Corrêa, a qual está organizada em diferentes unidades de negócio: Infraestrutura, Indústria, Energia e Oleo e Gás.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) mantidos para negociação ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como mantidos para negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

3.2. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente.

3.3. Estoques

São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras em andamento e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.4. Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, em controladas em conjunto e em coligadas nos quais a Companhia possui influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data de aquisição é reconhecido como ágio.

3.5. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: imóveis - 4%; veículos, equipamentos de informática e outros - 10% a 20%; móveis e utensílios - 10%; e benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme os prazos contratuais. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados.

3.6. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, representado basicamente por gastos com implementação e com melhorias de sistemas informatizados. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

3.7. Variações cambiais

Os ativos e passivos indexados estão atualizados de acordo com os respectivos indexadores até as datas de encerramento de cada exercício, em contrapartida de "Variações cambiais" no resultado financeiro, exceto para as variações cambiais de investimentos no exterior, que são reconhecidas no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes).

3.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos, benefícios e controle dos bens para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financeira, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento.

Todos os outros contratos de arrendamentos são classificados como operacionais. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

3.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

Ativos financeiros

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

a) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

c) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(ii) Investimento mantido até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis: representam contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

(iv) Ativos financeiros "Disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "Disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Outros passivos financeiros: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no final de cada exercício social. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge de fluxo de caixa"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

3.10. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis

Constituída, quando aplicável, para fazer frente a processos cujas chances de perda são classificadas como prováveis pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos. No caso de exigências tributárias cuja legalidade seja objeto de contestação judicial, as obrigações pertinentes estão registradas pelo valor integral em discussão.

3.11. Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos

A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita com base no valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável.

Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e passivo registrado na rubrica de "Fornecedores". Os valores recebidos antes da realização dos correspondentes serviços são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". Os montantes faturados ou a fatura registrada com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes".

3.12. Moeda estrangeira e funcional

As demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são elaboradas individualmente com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação, e as variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de identificar a necessidade de provisão para perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável determinando pelo maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

3.13.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.13.2. Impostos diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, prevista na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, ou diretamente no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes".

3.14. Lucro básico/diluído por ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social.

3.15. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras, provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

3.16. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio.

3.17. Demonstrações financeiras individuais

A Companhia optou em não preparar as demonstrações financeiras consolidadas, como permitido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, pois: (a) a Companhia é uma subsidiária integral, sendo que o controlador não tem objeção; (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital; e (c) a controladora final irá publicar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC.

3.18. Normas novas, revisadas e interpretações emitidas (IFRS)

Em 2015, algumas novas normas emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" - entrarão em vigor. O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2015. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IAS, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória. Determinados pronunciamentos entrarão em vigor, tais como: Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Acordo Contratual Conjunto para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 e IFRS 16 - Arrendamentos mercantis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários	
	2015	2014
Caixa e bancos	129.825	19.766
Certificados de Depósito Bancário - CDB	40.321	48.866
Debêntures compromissadas	188.277	200.853
Fundo de renda fixa	2.126	2.808
Fundos exclusivos	44.510	89.905
Total	405.059	362.198

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras, apresentam rentabilidade média de 100,5% a 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Prestação de serviços - nacional	696.076	728.497	-	-
Prestação de serviços - exterior	42.373	70.387	-	-
Subtotal	738.449	798.884	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(240.006)	(67.880)	-	-
Total	498.443	731.004	-	-
Parcela classificada no ativo circulante	408.680	619.470	-	-
Parcela classificada no ativo não circulante	89.763	111.534	-	-

Composição por vencimento das contas a receber:

	2015		201	
--	------	--	-----	--

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.

CNPJ nº 61.522.512/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

continuação

10. INVESTIMENTOS

	Participação total no capital (%)		Dados das investidas				Ajustes de avaliação patrimonial		Transação com sócios		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimentos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
			Patrimônio líquido (negativo) ajustado	Lucro (prejuízo) líquido ajustado										
Controladas:														
Camargo Corrêa Angola Engenharia e Construções, Lda.	100,00	100,00	1.570	8.366	(48.229)	(53.185)	(4.822)	4.202	-	(48.229)	(53.185)	1.570	8.366	
Sucursal Angola	100,00	100,00	473	682	272	12	67	80	-	272	12	473	682	
Camargo Corrêa Equador - subsidiária	99,97	99,97	54.971	6.065	45.617	(331)	3.288	726	-	45.604	(328)	54.955	6.063	
Camargo Corrêa Moçambique, Lda.	99,00	99,00	57.853	41.751	14.823	(1.744)	(1.668)	(5.110)	-	14.675	(1.727)	57.275	41.333	
Camargo Corrêa Projetos de Engenharia S.A.	100,00	100,00	40.442	23.108	11.113	29.314	258	(3.310)	-	11.113	29.314	40.442	23.108	
- Sucursal Argentina	100,00	100,00	54.839	42.868	(709)	(5.783)	(5.335)	(8.203)	-	(709)	(5.783)	54.839	42.868	
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.														
- Sucursal Colômbia	100,00	100,00	53.191	33.740	15.815	11.371	3.637	(2.109)	-	15.815	11.371	53.191	33.740	
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.														
- Sucursal Peru	100,00	100,00	(104.032)	(60.291)	(25.574)	(43.727)	(18.167)	(2.101)	-	(25.574)	(43.727)	(104.032)	(60.291)	
Marabá Energia Ltda.	100,00	100,00	18.533	18.472	61	(1)	-	-	-	61	(1)	18.533	18.472	
Sucursal Camargo Corrêa Venezuela	100,00	100,00	322.856	328.045	335.959	155.252	(161.485)	(178.206)	-	335.959	155.252	322.856	328.045	
Controladas em conjunto:														
SPSL - Sistema Produtor São Lourenço S.A.	50,00	50,00	249.845	147.190	(12.345)	(22.756)	-	-	-	(6.172)	(11.378)	124.922	73.595	
Átla Holdings S.A. (a)	46,03	46,33	1.817.902	1.812.236	5.665	58.970	-	(2.383)	-	2.625	27.321	618.423	1.597.929	
CCDL Construções de Dutos Ltda.	40,00	40,00	(1.628)	16.051	(17.679)	965	-	-	-	(7.072)	396	(651)	6.420	
CCI Oil & Gas Contractors Inc. (b)	63,10	-	(47.742)	-	8.784	-	-	-	(364.658)	5.543	-	(30.125)	6.420	
EPC América Latina Ltda.	49,99	49,99	3.135	3.105	29	32	-	-	-	15	16	1.568	1.553	
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	0,023	0,23	5.299	26.150	(379.244)	(329.639)	331	271	-	(378)	(816)	1	47	
Intersur Concessões S.A. - Peru	33,33	33,33	49.038	31.953	67.349	100.477	3.717	(712)	-	22.247	33.489	16.344	10.650	
NEDL Construções de Dutos do Nordeste Ltda.	28,32	28,32	11.274	7.286	(13)	31	-	82	-	(3)	5.159	3.193	2.063	
Unicon - União de Construtoras Ltda.	20,00	20,00	(19.086)	(17.488)	(1.598)	(760)	-	-	-	(320)	(152)	(3.817)	(3.498)	
Xingú Sócio Ambiental Ltda.	33,33	33,33	-	6	-	-	-	-	-	-	(7.489)	-	2	
Ágio - Átla Holdings S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	244.522	
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.419	
					1.447	(13.016)				6.370	(7.954)	6.886	19.419	
					(178.732)	(209.789)				372.042	129.780	618.423	1.597.929	
										(364.658)		757.685	1.681.130	
												(139.262)	83.201	

Classificados no ativo não circulante - Investimentos

Classificados no passivo não circulante - Provisão para perdas em controladas e controladas em conjunto

(a) Em 17 de abril de 2015, a Companhia alienou suas ações da empresa Átla Holdings S.A. para a Camargo Corrêa S.A. (CCSA) e o investimento registrado por R\$1.083.413 (investimento de R\$842.225 e ágio de R\$241.188) foi vendido por R\$1.151.123, conforme preço de venda por avaliação de mercado realizada por terceiros e gerou um ganho de R\$67.710 entre empresas do mesmo grupo econômico, contabilizado no patrimônio líquido como "Transação com sócios", seguindo a mesma prática contábil da controladora CCSA. Os valores a receber da CCSA são corrigidos mensalmente pelo CDI, tendo incorrido no exercício R\$80.638 de juros e recebimentos de R\$320.000, restando R\$911.761 a receber, registrados na rubrica "Partes relacionadas" (vide nota explicativa nº 6.(e)).

(b) Em 14 de abril de 2015, a Companhia passou a deter 63,10% do capital da CCI Oil & Gas Contractors Inc. ("CCI") através de um aporte de aproximadamente R\$305 milhões no capital dessa empresa. Anteriormente a essa transação, a parte relacionada Camargo Corrêa Naval Participações Ltda. detinha 99,99% do capital da CCI; após o referido aporte de capital, a participação foi reduzida para 36,37%. Como na data do aporte de capital o patrimônio líquido da CCI era negativo, essa transação gerou uma perda de R\$364.658 entre empresas do mesmo grupo econômico, contabilizada diretamente no patrimônio líquido da Companhia, transação com sócios cujo controlador é comum, seguindo a mesma prática contábil da controladora CCSA.

A movimentação do investimento é demonstrada da seguinte forma:

	2015	2014
Saldo inicial do exercício		1.597.929
Aumento de capital, líquido (*)		460.649
Resultado da equivalência patrimonial		372.042
Ajuste de avaliação patrimonial		(178.732)
Dividendos		(29.262)
Amortização de direito de concessão na aquisição de investimentos		(3.335)
Alienação do investimento da Átla		(1.083.413)
Transações com sócios (b)		(364.658)
Provisão para perda com investimentos (**)		(152.805)
Outros		8
Saldo final do exercício		618.423

(*) Refere-se substancialmente ao aumento de capital de aproximadamente R\$329.000 na CCI Oil & Gas Contractors Inc., R\$46.255 na Camargo Corrêa Angola Engenharia e Construções, Lda. e R\$57.500 na SPSL Sistema Produtor São Lourenço S.A. e R\$18.015 na Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Argentina.

(**) Refere-se à provisão para perda de controlada na Venezuela.

A remuneração dos administradores está divulgada na nota explicativa nº 20.

11. IMOBILIZADO

	2015	2014		
	Custo	Depreciação acumulada		
	residual	residual		
Imóveis	16.840	(1.540)	15.300	12.648
Máquinas e equipamentos	916.424	(509.071)	407.353	503.418
Veículos	219.317	(93.915)	125.402	156.447
Móveis e utensílios	15.655	(7.739)	7.916	24.895
Equipamentos de informática e outros	54.635	(38.671)	15.964	23.377
Beneficentários em imóveis de terceiros	1.787	(1.730)	57	88
Imobilizado em andamento	6.220	-	6.220	14.878
Total	1.230.878	(652.666)	578.212	735.575

A movimentação do imobilizado é demonstrada da seguinte forma:

	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (*)	Saldo em 31.12.2015
Imóveis	12.648	9.020	(2.176)	(865)	(3.327)	15.300
Máquinas e equipamentos	503.418	5.774	(49.802)	(79.324)	27.287	407.353
Veículos	156.447	58	(6.735)	(13.491)	(10.877)	125.402
Móveis e utensílios	24.895	5	(3.467)	(1.732)	(11.785)	7.916
Equipamentos de informática e outros	23.377	1.914	(1.793)	(4.832)	(2.702)	15.964
Beneficentários em imóveis de terceiros	88	-	-	(31)	-	57
Imobilizado em andamento	14.878	2.436	(8.039)	-	(3.055)	6.220
Total	735.575	19.207	(72.012)	(100.275)	(4.459)	578.212

(*) A transferência remanescente refere-se, substancialmente, a equipamentos e veículos destinados à venda de projetos.

Os ativos imobilizados em garantia estão divulgados na nota explicativa nº 12.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final até	Taxa de juros	2015	2014
Moeda estrangeira - US\$:				
CCB (Resolução nº 4.131)	2016	115% CDI a.a. (a)	105.797	36.379
FINIMP	2015	115,8% CDI a	-	-
		115,9% CDI a.a. (b)	-	13.336
Subtotal			105.797	49.715

Moeda nacional:			2015	2014
FINAME	2024	3% a TJLP + 10% a.a.	155.490	189.672
CDC	2018	4,7% a 6,9% a.a.	29.216	47.053
FMM	2029	TJLP + 3,5% e 5,5%	-	53.657
Subtotal			184.706	290.382

Parcela classificada no circulante	290.503	340.097
Parcela classificada no não circulante	155.616	107.498
(c) Empréstimos em moeda estrangeira protegidos por instrumentos financeiros "swaps" em % CDI.	134.887	232.599
(d) Custo do instrumento financeiro "swap" em % CDI.	-	-
CCB - Cédula de Crédito Bancário.	-	-
FINIMP - Financiamento à Importação.	-	-
FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.	-	-
CDC - Crédito Direto ao Consumidor.	-	-
FMM - Fundação Marinha Mercante - Crédito fixo.	-	-

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Taxa aplicável para 2015 de 7,0% (5,0% em 2014).

CADE - Certificado de Depósito Interbancário. Taxa aplicável para 2015 de 14,14% (11,6% em 2014).

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2015, vencem como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2022	Total
	34.499	29.822	23.437	17.759	13.837	15.533	134.887

Nos empréstimos e financiamentos acima destacados, não há cláusulas contratuais que requeiram a manutenção de índices financeiros "covenants".

Em garantia dos financiamentos na modalidade FINAME e CDC foram concedidas alienações fiduciárias dos equipamentos adquiridos.

13. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
Salários e encargos sociais a recolher	33.959	59.787
Provisão de férias e encargos a recolher	48.715	73.070
Provisão de gratificações	34.684	41.745
Outros	16.251	17.492
Total	133.609	192.094

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2015, referem-se a adiantamentos por conta de obras, sendo representados substancialmente por saldos relacionados ao Consórcio Construtor São Lourenço (R\$169.992) e nas obras de Barro Alto (R\$31.430) e Angola (R\$14.028).

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2015	2014
Contas a pagar de consórcios (a)	28.889	39.974
Seguros a recolher (b)	33.125	33.125
MPF - Acordo civil para ressarcimento (c)	676.897	-
CADE - Contribuição pecuniária (c)	96.046	-
Outras	6.549	12.047
Total	841.506	85.146

Parcela classificada no passivo circulante

Parcela classificada no passivo não circulante

(a) Referem-se, substancialmente, a valores a serem aportados em consórcios, principalmente nos consórcios Arco do Rio (R\$24.830), UTE Cubatão (R\$1.033) e BR 101 Trecho 8 (R\$1.032).

(b) Refere-se à adiantamento de seguro para indenização e ressarcimento de custos, proveniente dos prejuízos ocorridos no projeto Jirau.

(c) Vide nota explicativa nº 29.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado do exercício

	2015	2014
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(320.987)	168.941
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	109.136	(57.439)

Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:

Equivalência patrimonial	126.494	44.125
Doações não dedutíveis	(1.597)	(10.983)
Amortização de direito de concessão	(1.134)	(4.535)
Adições (exclusões) líquidas (*)	(251.935)	(80.550)
Impactos relacionados à tributação de lucros no exterior	(63.489)	(19.535)
Total	(82.525)	(128.917)

Despesa com imposto de renda e contribuição social - correntes

Despesa com imposto de renda e contribuição social - diferidos

(*) Em 2015, refere-se substancialmente aos efeitos das despesas relativas ao assunto mencionado na nota explicativa nº 29

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentado no balanço patrimonial são compostos como segue:

	2015	2014
Natureza ativa:		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	45.024	32.440
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.631	27.102
Provisões para participação nos lucros	10.695	21.100
Provisões para serviços de terceiros	17.319	10.489
Provisão para perdas com investimentos	61.090	-
Outros	-	10.735
Ativo não circulante	215.759	101.866

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

—★ continuação

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da Companhia sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e nosso relatório, datado de 24 de março de 2015, continha ressalva em relação ao assunto mencionado na nota explicativa nº 29. Esse assunto foi resolvido no exercício de 2015, sem efeitos retrospectivos.

São Paulo, 14 de abril de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura

Contador

CRC nº 1SP 179631/O-2

Deloitte.